

# TEMAS ECONÔMICOS



## Baixa educação, baixa renda

Inúmeros são os estudos que têm buscado estabelecer uma relação entre o grau de instrução dos trabalhadores e o nível da remuneração que lhe é paga no mercado de trabalho. Baixa escolaridade contribui para baixos níveis de renda, para a ocupação de postos de trabalho menos qualificados. Contribui também para ampliar as faixas de pobreza e aumentar as desigualdades sociais e espaciais de desenvolvimento.

Os dados da RAIS 2016 apontam o Maranhão com um estoque de trabalhadores formais na ordem de 700.200 pessoas, representando 22.666 trabalhadores a menos do que fora registrado em 2015. A maioria delas está nas faixas de 25 a 64 anos de idade (87,0% do total), sendo a grande concentração na faixa de 30 a 39 anos (33,4%) e de 40 a 49 anos (22,6%), expressando o potencial produtivo dessa mão de obra.

É importante verificar a fraca participação da população mais jovem, de 15 a 24 anos de idade, que representa apenas 11,1% dos trabalhadores formais ocupados em 2016. Ou seja, há um acesso restrito da população mais jovem ao mercado de trabalho formal.

Outra informação que deve merecer especial interesse diz respeito à variação desse estoque de trabalhadores, porque, comparativamente a 2015, somente na faixa de 65 ou mais anos de

idade, houve crescimento no número de empregados formais, o que pode ser indicativo do aproveitamento da experiência dos mais idosos.

Além disso, quando se comparam os anos de 2008 e 2016, verifica-se que foi exatamente nessa última faixa etária (64 anos ou mais) que o Maranhão registrou o maior crescimento no número de pessoas formalmente ocupadas (105,0%), superando em duas ou três vezes o índice de aumento da ocupação da força de trabalho mais produtiva, isto é, de 30 a 64 anos de idade.

Esta evolução agrava ainda mais a situação do mercado de trabalho para os jovens: na faixa de 15 a 24 anos, o aumento do emprego formal foi somente de 20,0%, num intervalo de oito anos, e de 7,1% na faixa de 25 a 29 anos. O aumento na faixa dos jovens foi o equivalente a 1/5 do registrado entre os mais velhos. Isto significa dizer que os idosos estão carregando, literalmente, em suas costas, os mais jovens em condições de trabalho, como se não bastasse ter “sustentado” toda a família durante seu período etário mais produtivo.

Quanto à remuneração, o que se observa é uma distância relativamente pequena conforme as mudanças no grau de instrução dos trabalhadores formais, em 2016.

Os não alfabetizados receberam, em dezembro de 2016 uma remuneração mensal de R\$ 1.132,61 enquanto aqueles com nível superior completo ganhavam R\$ 4.357,49, sendo este 3,8 vezes maior do que o menor valor. Entre os dois há uma distância-tempo de pelo menos 16 anos de estudos.

É interessante, no entanto, destacar que a diferença entre a remuneração do trabalhador analfabeto e a daquele que possui o ensino fundamental completo, ou seja, nove anos de estudos, é somente de R\$ 221,57. Essa pequena diferença de remuneração certamente não se mostra, por si mesma, atraente ao trabalhador não alfabetizado a ponto de fazê-lo cursar nove anos de estudos e ganhar um adicional de renda que agrega pouco em sua cesta de bens e serviços.

Os trabalhadores que possuem o ensino médio completo, no entanto, ao perceberem uma remuneração mensal, em dezembro/2016, de R\$ 1.723,84, ficam distantes dos trabalhadores com ensino fundamental completo por uma cifra de R\$ 189,66. Ou seja, há uma distância-tempo equivalente a três anos de estudo para possibilitar-lhe um ganho adicional de renda de somente R\$ 189,66, o que significa uma agregação na sua cesta de bens e serviços bem menor do que aquela registrada na comparação não alfabetizado versus trabalhador com ensino fundamental completo.

Qual o estímulo que isto representa para que uma pessoa continue na sala de aula ou para ela voltar? Talvez esta, tudo o mais mantido constante, seja uma das razões a justificar a elevada taxa de abandono da escola antes de completar o ensino médio.

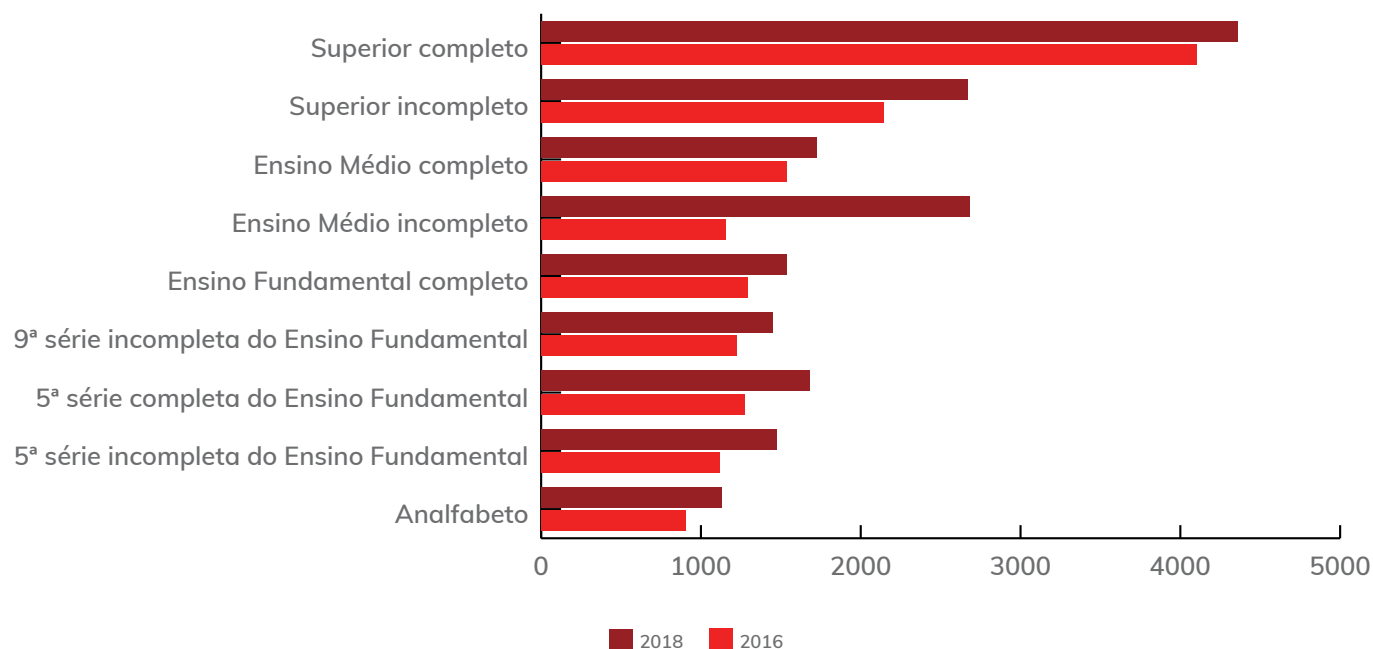
No entanto, se o trabalhador formal concluir o ensino superior, aí sim ele estará alcançando um padrão de remuneração (R\$ 4.357,49 em dezembro de 2016, segundo a RAIS) significativamente maior do que receberia o profissional com o ensino médio completo (R\$ 1.723,84). Aumenta em 152,8% sua remuneração mensal e, desse modo, amplia sua cesta de bens e serviços.

Sem entrar no mérito das diferenças de gênero, os dados da RAIS mostram que as remunerações da mão de obra feminina são mais próximas das masculinas quando menor é o grau de instrução (não alfabetizados, nesse caso, atingem os 90,8%) e tanto maiores quanto mais elevado o nível de instrução.

As mulheres com nível superior completo receberam, em dezembro de 2016, o equivalente a 60,5% da remuneração paga aos homens. Diga-se, de passagem, que esse percentual supera os valores registrados em 2008, que foram de 54,9%.

Todavia, entre os analfabetos, a distância de remuneração entre homens e mulheres foi menor em 2016 do que a calculada em 2008 (83,2%).

GRÁFICO 1 - REMUNERAÇÃO MÉDIA DE DEZEMBRO (A PREÇOS DE DEZEMBRO/2016) SEGUNDO O GRAU DE INSTRUÇÃO DOS TRABALHADORES DO MARANHÃO



Fonte: RAIS 2008 e 2016

Comparando-se os valores da remuneração em dezembro (a preços de dezembro de 2016) dos trabalhadores formais do Maranhão, segundo seu grau de instrução, mostra-se no gráfico seguinte as distâncias relativas menores (entre os trabalhadores com nível de instrução até o ensino fundamental completo) e maiores entre aqueles com o ensino médio completo. Mas o hiato positivo maior fica na comparação com os trabalhadores que possuem o ensino superior completo, seja agora, seja oito anos antes.

Tem-se, ademais, um crescimento mais forte nos valores de remuneração dos trabalhadores formais, principalmente do sexo feminino, com ensino médio incompleto, entre 2008 e 2016, o que de certa maneira, coincide com a evolução de matrículas em cursos de nível médio com grande concentração de mulheres, a exemplo dos cursos técnicos em enfermagem, por exemplo, que acompanharam a expansão dos serviços de saúde na capital e outras cidades do interior do estado.

Pelo que demonstram os dados, fica evidente a necessidade de políticas públicas educacionais voltadas para o mundo do trabalho, como forma de estimular os trabalhadores a buscarem formação profissional cada vez mais avançada, especialmente se for levado em consideração o ritmo de mudanças tecnológica e inovativa, que tornam alguns grupos profissionais rapidamente superados e, por isso mesmo, necessitando de ajustes na matriz de capacitações e habilidades, a fim de tornarem os mercados de trabalho mais acessíveis.

Chama a atenção também a necessidade de que se formulem políticas públicas voltadas para a formação profissional da população jovem, com o que se evitará sua inserção no mundo da marginalidade social e econômica. Isto não se fará com políticas formuladas visando somente os grandes empreendimentos exportadores, intensivo em capital e, por princípio, não criadores de emprego.

De acordo com os dados da PNAD Contínua do IBGE, a Taxa de Desocupação

da população de 14 anos e mais, no Maranhão, no 4º trimestre de 2017, ficou em 33,3% somente na faixa de 18 a 24 anos de idade. Além disso, na faixa de 25 a 39 anos, a Taxa de Desocupação chega aos 41,6%. São valores que preocupam muito.

O Atlas da Violência, produzido e recentemente divulgado pelo IPEA, mostra claramente a vulnerabilidade dessa população jovem. Segundo o estudo, é espantosa a evolução da Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes na faixa de 15 a 29 anos de idade, entre 2008 e 2016.

Em 2008, a Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes, no Maranhão, era de 36,9, passando, em 2016, para 65,1. No total

Brasil essas taxas eram de 53,3 e 83,9, respectivamente. Este mesmo indicador na Colômbia pula de 39,1 para 31,7 no período de 2008 a 2013; no Paraguai, de 9,8 para 7,9; na Costa Rica, salta de 8,6 para 7,8. Só para citar alguns exemplos mais próximos.

Quando se considera somente a população masculina, nessa mesma faixa etária, vê-se que a Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes salta de 69,9, em 2008, para 125,1 em 2016, no Maranhão.

Os números sozinhos indicam a urgente necessidade de políticas públicas que enfrentem com vigor e determinação este problema, salvando a população jovem.